

O PAPEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ NA EFETIVAÇÃO DAS GARANTIAS DISPOSTAS NA LEI Nº 13.431/2017

- ▶ Art. 23. Os órgãos responsáveis pela organização judiciária poderão criar juizados ou varas especializadas em crimes contra a criança e o adolescente. (Lei 13.431/17).
- ▶ Parágrafo único. Até a implementação do disposto no **caput** deste artigo, o julgamento e a execução das causas decorrentes das práticas de violência ficarão, preferencialmente, a cargo dos juizados ou varas especializadas em violência doméstica e temas afins.

- ▶ Referida legislação concedeu ao Poder **Público o prazo de 60 (sessenta) dias para emanar os atos normativos** necessários à efetividade dos procedimentos de escuta especializada e depoimento especial (art. 26).
- ▶ Conferiu, ainda, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, **o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o estabelecimento de “normas sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, no âmbito das respectivas competências”** (art. 27).
- ▶ **Lei 13.431 é de 4 de abril de 2017. (Um ano de vacatio legis).**

Em atendimento a tais disposições, o Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça e do Conselho de Supervisão das Varas da Infância e da Juventude:

1. Aprovou, por unanimidade de votos, o Provimento 287/2019, de 31 de janeiro de 2019, que regulamenta a utilização das salas e estabelece diretrizes para para os atos relacionados aos procedimentos de oitiva da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade judiciária
2. Tem adotado as medidas necessárias à instalação de salas para Depoimento Especial em todas as Comarcas do Estado, inclusive com a aquisição de mobiliário específico e equipamentos de captação de som e imagem;

► PROVIMENTO 287/19

REGULAMENTA INTERNAMENTE A APLICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DA LEI;

ESTABELECE UM FLUXO INTERNO;

ESTABELECE AS COMPETÊNCIAS DE CADA DEPARTAMENTO;

ESTABELECE A FORMA DE COMPARTILHAMENTO DA PROVA.

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES:

1. De acordo com o o art. 5º do Provimento nº 287/2019, compete aos Magistrados responsáveis pela realização da diligência:

“I – Zelar para que a criança ou o adolescente tenham seus direitos respeitados, no curso do processo criminal ou socioeducativo;

II - Incentivar e participar da construção de protocolos e fluxos;

IV - Garantir que os profissionais responsáveis pela entrevista da criança ou do adolescente sejam devidamente capacitados, nos termos deste Provimento”.

2. As diligências só podem ser realizadas por profissionais devidamente capacitados (art. 18, Provimento 287/2019):

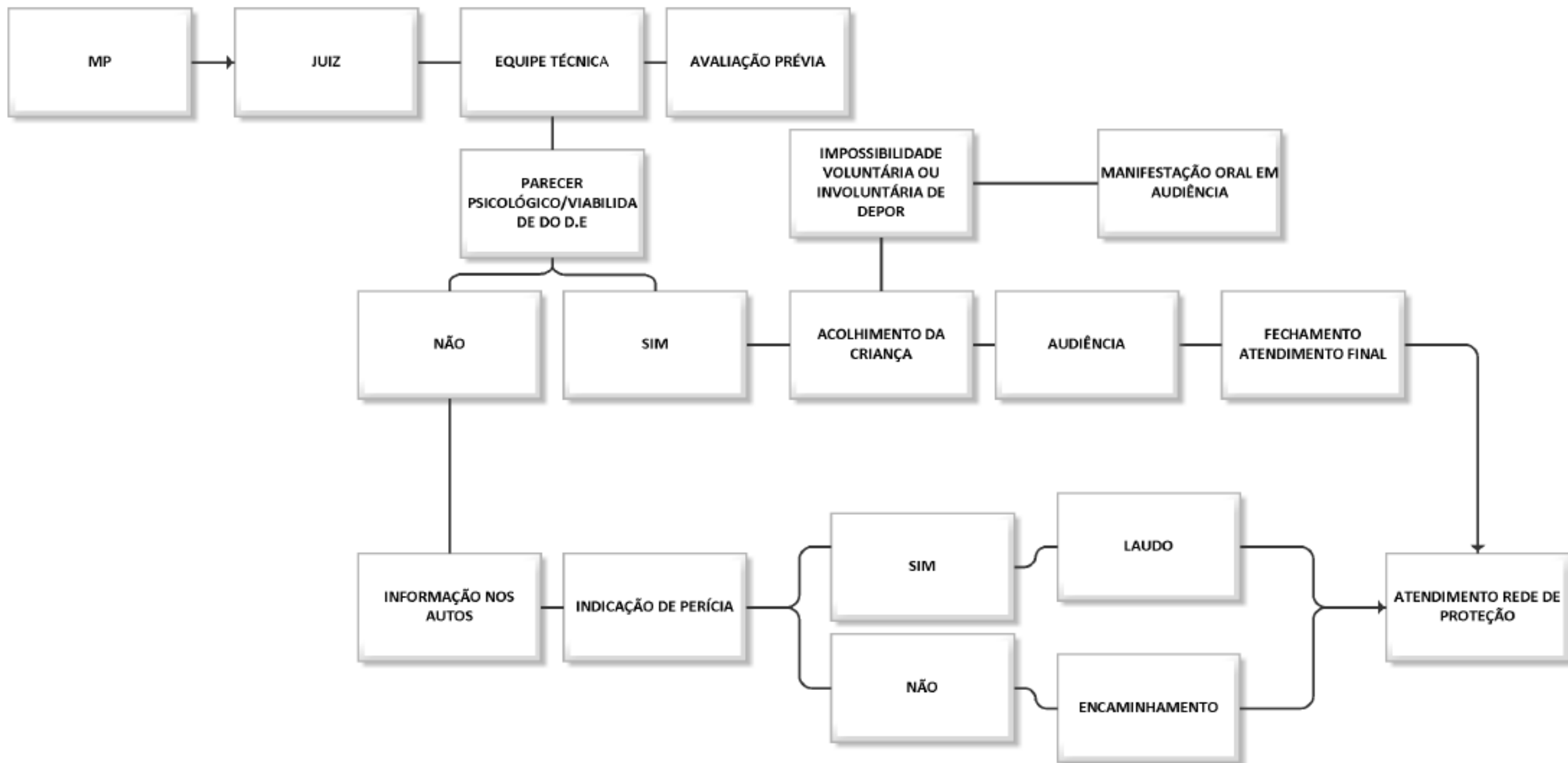
*“I - O entrevistador responsável por executar o depoimento especial **deve comprovar capacitação para realizar o procedimento**, a qual deve ser reconhecida pelo Tribunal de Justiça.*

II - Na inexistência de profissional especializado na equipe do Poder Judiciário, será nomeado, pelo Juízo, profissional capacitado que não realize outros atendimentos ao suposto agressor, à suposta vítima ou às respectivas famílias”.

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES:

- ▶ **3.** Ao receber a representação ministerial, o Juízo determinará a **avaliação preliminar** pelo profissional especializado, que indicará o procedimento adequado ao caso, levando em conta:
 - a) a disposição e concordância da vítima ou testemunha em se manifestar;
 - b) as **condições psicológicas** e desenvolvimentais para manifestação;
 - c) a capacidade cognitiva e emocional, observando-se a compatibilização entre a necessidade do meio probatório no processo e a garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes envolvidos;

FLUXO INTERNO PROPOSTO PELO TJPR:



O QUE NÃO SE ESPERA:

- ▶ A solicitação de Depoimento Especial sob a alegação de que “a *perícia não vale*”;
- ▶ A interrupção da diligência, com entrada de pessoas na sala de Depoimento Especial para o esclarecimento de dúvidas;
- ▶ A priorização da responsabilização em detrimento da proteção integral da criança ou do adolescente;
- ▶ A realização da audiência na modalidade de depoimento especial, sem que haja sala com equipamento de gravação especialmente desenvolvido para este fim e profissional capacitado na metodologia

► EQUIPAMENTOS

- 161 COMARCAS (24 JÁ TINHAM O EQUIPAMENTO).
- MÓVEIS ADEQUADOS
- EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
- EQUIPAMENTOS DE CAPTAÇÃO DE SOM E IMAGEM
- SOFTWARE

► CAPACITAÇÃO

I – CURSO PARA FACILITADORES (EAD E PRESENCIAL)

II – CURSO PARA MAGISTRADOS (EAD)

The End

► CONTATOS

SLKREUZ@YAHOO.COM.BR

SLK@TJPR.JUS.BR

WWW.DIREITODASCRIANCAS.COM.BR

(045) 99972-6432